

ATA N.º 2/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

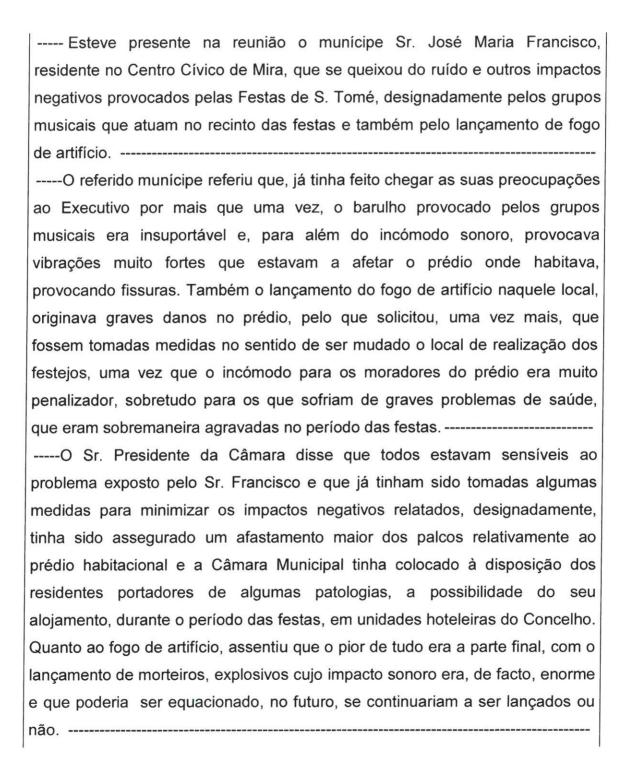
25/01/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".



Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, pelas
catorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal,
reuniu esta, ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr.
Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Srs.
Nelson Teixeira Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr ^a . Dulce Helena
Ramos Cainé, Dr. Fernando José Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simões
Miranda e Dr ^a . Madalena Isabel Colaço dos Santos
Presentes também a Técnica Superior, Dra. Liliana Mafalda Valente da
Cruz, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Engº. Rui Manuel Reixa da
Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e Desporto, Dr.ª Brigite
Capeloa e o Chefe da Divisão de Proteção Civil, Planeamento, Ordenamento e
Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 14:30
horas
Finanças Municipais:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 15 de 23 de janeiro de 2018,
com um saldo orçamental de 450.856,08 € (quatrocentos e cinquenta mil,
oitocentos e cinquenta e seis euros e oito cêntimos)
APROVAÇÃO DE ATA:
ATA DE 11 DE JANEIRO DE 2018
Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 11 de janeiro
de 2018, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter
sido disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 23 de janeiro de 2018, tendo a
mesma sido aprovada por unanimidade
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
Intervenção do Público: (nº. 6 do art.º 49º. do Anexo I, da Lei nº.
75/2013, de 12 de Setembro)

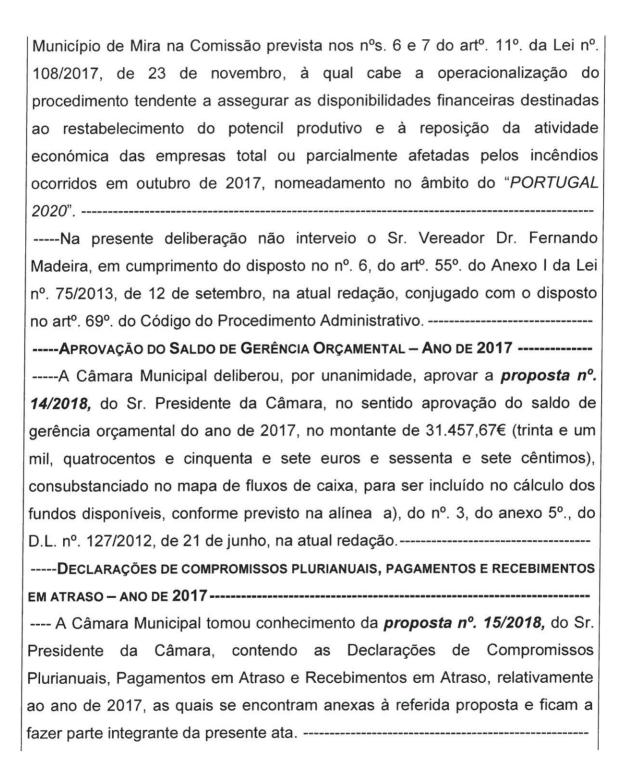




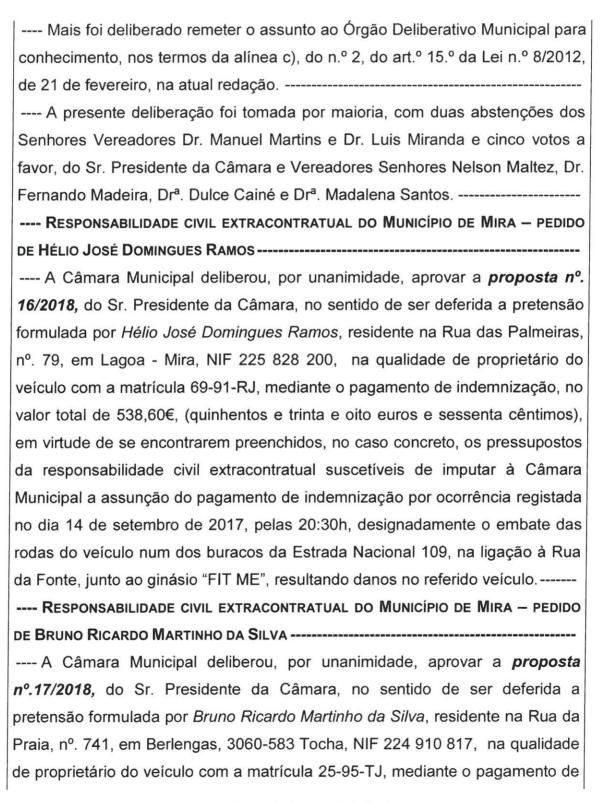


Acrescentou que não seria viável a deslocalização das festas, mas
comprometeu-se a estudar outras medidas de redução dos impactos negativos
provocados pela realização das festas de S. Tomé no Jardim do Visconde
O Munícipe acrescentou que tinha sido contratada empresa para fazer a
medição do som, assim como um advogado para tratar do problema
O Sr. Presidente disse que as decisões a tomar pela Câmara Municipal,
teriam sempre que assentar em relatórios comprovativos de que o nexo de
causalidade dos estragos existentes no edifício estava diretamente ligado aos
problemas expostos e só aí a Câmara teria que assumir as suas
responsabilidades. Mais disse que estava disponível para reunir e dialogar com
o advogado que viesse a representar os munícipes que se considerem lesados.
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins interveio e perguntou qual era o ponto
da situação do processo relativo ao memorando de entendimento celebrado
entre o Município de Mira e o grupo "Lusiaves"
O Sr. Presidente da Câmara disse que a situação era praticamente a
mesma que há uns meses atrás. Tinha havido uma reunião com o Sr.
Secretário de Estado da Internacionalização, o processo estava em análise, iria
ser apresentada à Câmara Municipal a 4ª. alteração ao PDM, acompanhada de
relatório ambiental, seguindo-se a conferência procedimental e passaria ainda
por dois momentos de discussão pública/política do processo. Disse ainda que
todos os pareceres emitidos eram favoráveis à pretensão
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA COMISSÃO PREVISTA NOS N°S. 6 E 7 DO ART°.
11°. DA LEI N°. 108/2017, DE 23 DE NOVEMBRO
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º</i>
13/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da designação do Sr.
Vereador Dr. Fernando José Domingues Madeira para representante do





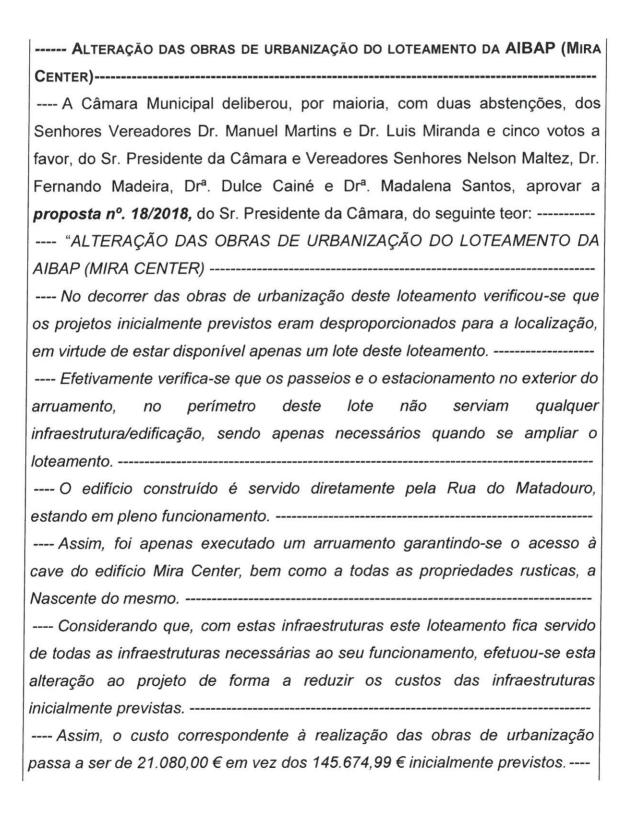




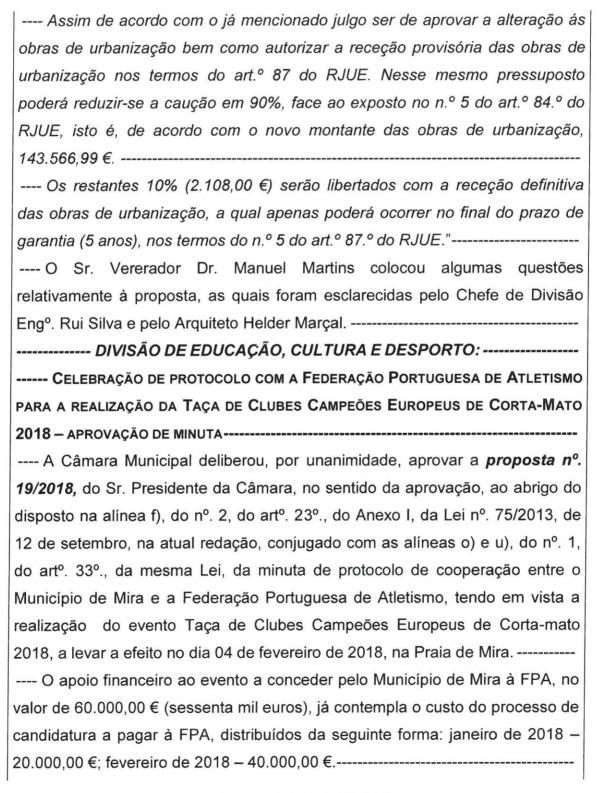


indemnização, no valor total de 315,00€ (trezentos e quinze euros), em virtude
de se encontrarem preenchidos, no caso concreto, os pressupostos da
responsabilidade civil extracontratual suscetíveis de imputar à Câmara
Municipal a assunção do pagamento de indemnização por ocorrência registada
no dia 05 de outubro de 2017, pelas 21:20h, designadamente o embate das
rodas do veículo numa tampa de saneamento na Rua Afonso Costa, em Mira
resultando danos no referido veículo
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins questionou se a responsabilidade
deveria ser assumida pelo Município, uma vez que se tratava de acidente na
estrada nacional
O Sr. Presidente respondeu afirmativamente, uma vez que se tratava de
acidente provocado por tampa de saneamento
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que a situação se devia, em
parte, a falta de vigilância por parte da Câmara Municipal e também falta de
manutenção das vias municipais. Quia ainda saber qual o montante já gasto
com o pagamento destas indemnizações
O Sr. Presidente disse que não tinha elementos naquele momento para
responder ao sr. Vereador, mas que poderia apresentar na próxima reunião a
listagem das indemnizações pagas durante o ano de 2017
Disse que as situações que ocorriam na EN 109 eram devidas a
abatimentos nas caixas de saneamento provocados pela passagem de
camiões pesados e que tinha já sido feito um estudo e teria que haver uma
intervenção mas era muito honerosa, tinha que se proceder ao corte da estrada
para permitir a execução dos trabalhos e os custos eram muito elevados.
Acrescentou que estava a ser feito um estudo no sentido de poder haver um
seguro para aquele tipo de situações
DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

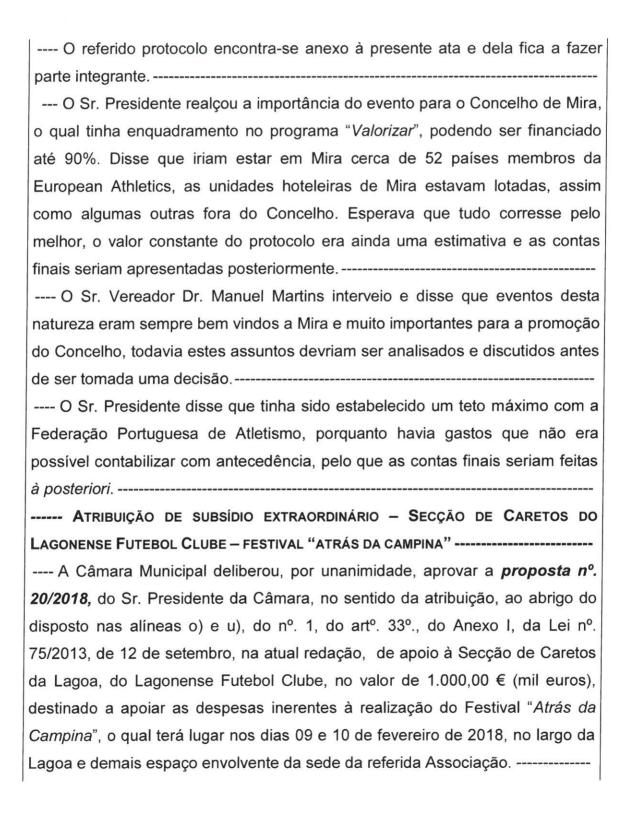








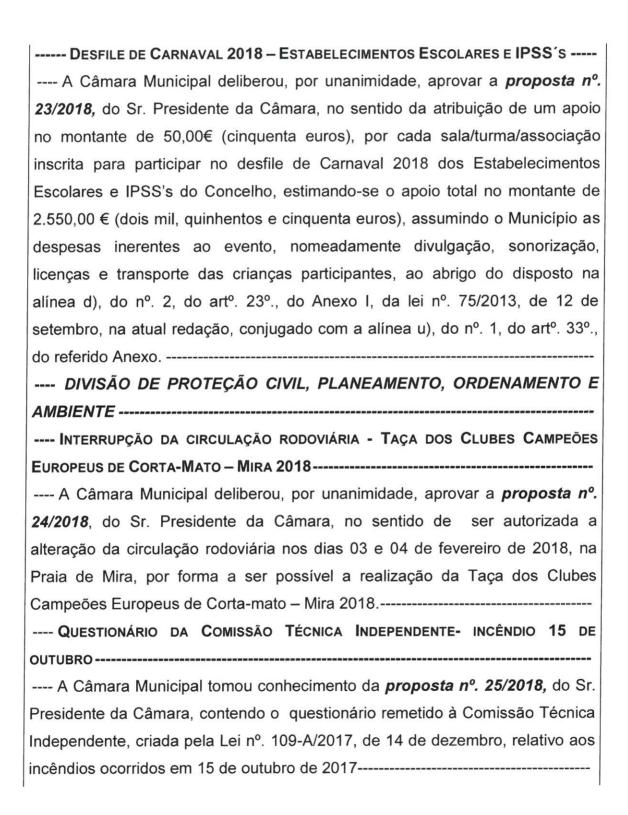




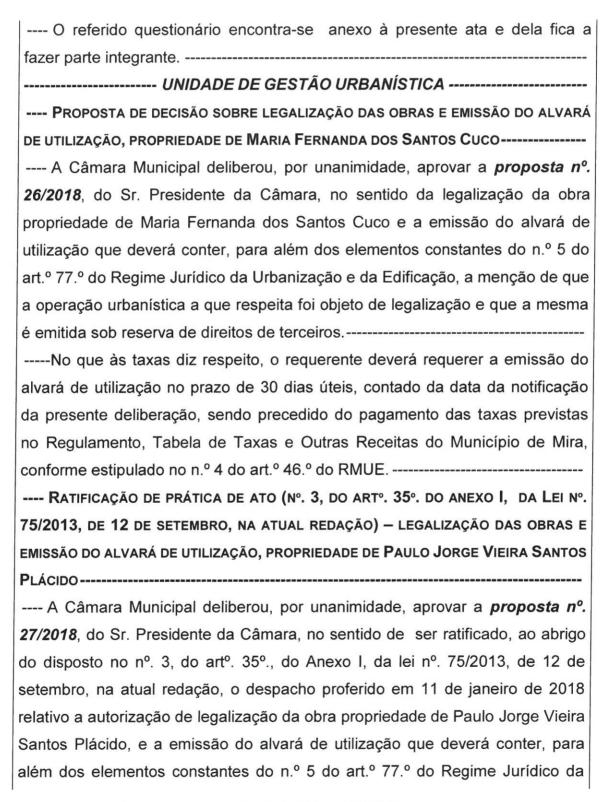














Urbanização e da Edificação, a menção de que a operação urbanística a que
respeita foi objeto de legalização e que a mesma é emitida sob reserva de
direitos de terceiros
No que às taxas diz respeito, o requerente deverá requerer a emissão do
alvará de utilização no prazo de 30 dias úteis, contado da data da notificação
da presente deliberação, sendo precedido do pagamento das taxas previstas
no Regulamento, Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira,
conforme estipulado no n.º 4 do art.º 46.º do RMUE
ENCERRAMENTO:
E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi
declarada encerrada a reunião, sendo 15:55h, tendo sido aprovada, por
unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do
disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição
C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
Oction.
(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)